


Fórum em Belém inaugura atuação da ABAG pelo agronegócio sustentável na Amazônia



Plantio de Palma no município de Tailândia, nordeste do Pará

 Tradicionalmente com ações mais voltadas ao Centro-Sul, a ABAG abriu no último dia 18 de setembro em Belém uma nova frente de atuação, desta vez focada na promoção de negócios sustentáveis em agricultura, pecuária e produção florestal na Amazônia. A região abriga a maior floresta tropical do mundo, bioma estratégico para a conservação da biodiversidade, o combate aos impactos das mudanças climáticas e o desenvolvimento de uma nova economia, sustentável e de baixo carbono.

Realizado no auditório do Radisson Hotel, o *Fórum Agronegócio Responsável na Amazônia* foi o primeiro evento promovido pela ABAG na região Norte. Com a participação de cerca de 70 pessoas, o fórum

teve sua cerimônia de abertura presidida por Luiz Cornacchioni, diretor executivo da ABAG, e contou com os pronunciamentos de Carlos Fernandes Xavier, presidente da Federação da Agricultura do Estado do Pará (FAEPA), e Giovanni Corrêa Queiroz, secretário estadual de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca do Pará (SEDAP).

Foram apresentados quatro painéis sobre negócios que fizeram da sustentabilidade socioambiental na Amazônia oportunidade para ganhar mercados exigentes no exterior: os casos da Agropalma, da Associação das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC), do Programa Pecuária Verde e da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA).



Cláudio T. Sugaya (CAMTA); Eduardo Bastos (AIPC); Mauro Lúcio Costa (Pecuária Verde); Luiz Cornacchioni (ABAG) e Marcello Brito (Agropalma)

AGROPALMA



O primeiro painel foi apresentado por **Marcello Brito**, diretor executivo do Grupo Agropalma, o maior produtor individual de óleo de palma da América Latina. A fazenda de palma do grupo ocupa 107 mil hectares na região dos municípios de Tailândia, Tomé-Açu, Moju e Acará, no nordeste do Pará. Da área total da fazenda, 39 mil hectares foram plantados com palma (dendê), cujos frutos são processados em suas usinas de extração de óleo bruto. Os óleos brutos de palma (extraído da polpa) e palmiste (extraído da semente) seguem para as duas usinas refinadoras da Agropalma – localizadas em Belém, no Pará, e Limeira, em São Paulo.

Brito destacou a liderança mundial da empresa no setor de óleo de palma na adoção de padrões de sustentabilidade socioambiental. Em 2012, por exemplo, a empresa foi a primeira colocada em um ranking

 *“Quem produz sustentavelmente não pode ser taxado em isonomia com quem pratica o “business as usual”*

Marcello Brito

internacional de sustentabilidade na cadeia do óleo de palma elaborado pelo Greenpeace. Atualmente, a Agropalma posiciona-se no terceiro lugar do ranking da indústria de palma da Spott, uma plataforma online que promove a transparência de informações para fomentar boas práticas socioambientais na produção e no comércio de commodities globais.

Para cada hectare plantado, a empresa mantém 1,6 hectare de floresta conservada (acima do exigido pela legislação), totalizando 64 mil hectares em reservas florestais, que são monitoradas

anualmente para checagem das populações de aves, mamíferos, répteis e anfíbios, atividade coordenada pela ONG Conservação Internacional. Em 2001 a empresa assumiu o compromisso com o desmatamento zero.

As inúmeras certificações obtidas desde 2002 atestam seus esforços para melhorar indicadores ambientais em um setor, como o de óleo de palma, que tem sido alvo constante dos ambientalistas por causa do desmatamento provocado pelos cultivos de palma na Ásia. O óleo de palma refinado e certificado da Agropalma recebe prêmios de US\$ 25 a US\$ 180 a tonelada.

Entre outras, a companhia possui as seguintes certificações: RSPO (referente à Mesa-Redonda para Palma Sustentável - RSPO, na sigla em inglês). IBD EcoSocial All Fair (comércio justo), Kosher (dieta segundo as leis judaicas) e quatro certificações orgânicas - IBD Certificado Orgânico, Bio Suisse, USDA Organic e Japanese Agricultural Standard (JAS).

Segundo Brito, 40% das vendas nacionais da Agropalma em 2017 serão de produtos certificados. “A meta para 2018 é alcançar no mínimo 60% de nossas vendas nacionais com produtos certificados”. Desde 2011, 100% das exportações da empresa dependem diretamente de certificações e programas de rastreabilidade socioambiental.


O diretor executivo da companhia concluiu sua fala com uma queixa sobre a inexistência de um sistema tributário que premie a economia limpa. “Quem produz sustentavelmente não pode ser taxado em isonomia com quem pratica o “business as usual”.

CACAU



O segundo expositor foi **Eduardo Bastos**, diretor executivo da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC), que apresentou um panorama do mercado cacauzeiro, os principais tópicos do Plano de Crescimento Sustentável da cultura no Brasil e as perspectivas de aumento da produção na Amazônia.

Formulado pela AIPC, o plano traça metas de expansão em cinco e dez anos, que ampliariam a safra anual média de 200 mil para 300 mil toneladas e 400 mil toneladas, respectivamente. A região norte, sobretudo o Pará, desempenhará papel relevante no plano da AIPC. “A área de cacau no Pará deverá aumentar de 170 mil hectares (130 mil já produzindo) para aproximadamente 270 mil hectares. Então, pela produtividade superior, o Pará deverá ultrapassar a Bahia como maior produtor nacional de cacau. Mas isso ainda levará cinco anos para se concretizar”, prevê Bastos.

 *“A área de cacau no Pará deverá aumentar de 170 mil hectares (130 mil já produzindo) para aproximadamente 270 mil hectares. Então, pela produtividade superior, o Pará deverá ultrapassar a Bahia como maior produtor nacional de cacau. Mas isso ainda levará cinco anos para se concretizar”*

Eduardo Bastos

Por causa da seca que vem castigando a região cacauzeira do sul da Bahia, o Pará deverá fornecer à indústria metade do volume de 160 mil toneladas estimados pela AIPC para a safra a ser moída em 2017. “Se voltar a chover normalmente, a área da Bahia, de 436 mil hectares, tem todo o potencial para entregar mais amêndoas que o Pará, ao menos a médio prazo”, afirmou o executivo da AIPC.

“A safra brasileira é insuficiente, sequer atende à demanda interna”, contou à plateia do fórum em Belém o diretor executivo da AIPC, que também preside o comitê de sustentabilidade da ABAG. Bastos mencionou a lacuna entre oferta e demanda para justificar as metas traçadas pelo plano da AIPC, que também considera a corrente capacidade instalada da indústria para processar anualmente 275 mil toneladas de amêndoas e um incremento anual de 2% no consumo de derivados de cacau com a retomada do crescimento econômico. “O plano é desafiador, mas factível”.

Das 100 mil toneladas adicionais de cacau a serem colhidas até 2022, de acordo com a AIPC, uma parcela de 40% deverá ser produzida no Pará, outros 40% na região tradicional da cultura na Bahia e os restantes 20% no extremo-sul baiano, no Espírito Santo e em Rondônia. Metade do acréscimo previsto na colheita de cacau no Pará virá da recuperação de áreas degradadas. A outra metade do ganho de volume será obtida por meio de treinamento e da prestação de assistência técnica aos produtores e trabalhadores da lavoura cacauzeira. No Pará, boa parte do cultivo de cacau ocorre nos sistemas agroflorestais (SAFs), implementados tanto em propriedades com áreas mais



Colheita de Palma

extensas como na agricultura familiar. Bastos destacou, ainda, os benefícios do cacau para um desenvolvimento mais sustentável no Brasil. “O cacau tem tudo a ver com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS da ONU”. Segundo ele, a atividade cacauzeira atende a dez dos 17 ODS, incluindo os ODS 1 (“acabar com a pobreza”), 2 (segurança alimentar e agricultura sustentável), 8 (crescimento econômico inclusivo e sustentável) e 13 (combate às mudanças climáticas).

Do ponto de vista ambiental, o cacau contribui para o reflorestamento via SAFs, a recuperação de reserva legal (RL), áreas degradadas, o sequestro de carbono da atmosfera, a melhoria do solo e a retenção de água. Como é nativo da Amazônia, o cacau encontra na região ambiente propício para crescer, sobretudo pela abundância de água e defesas naturais contra pragas.

É, também, um forte gerador de empregos (uma família a cada 5 a 10 hectares) e viável a pequenos produtores e à agricultura familiar. Do ponto de vista econômico, é um produto com liquidez plena, com renda que pode alcançar US\$ 1.000 a tonelada de amêndoa, impactando ampla cadeia de negócio (insumos, comércio, processamento de amêndoa, indústria de derivados). O cacau foi incluído como uma das 23 oportunidades de criação de valor no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará (Pará 2030).

PECUÁRIA VERDE



O Programa Pecúria Verde foi apresentado pelo pecuarista **Mauro Lúcio Costa**, ex-presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas, no nordeste paraense. Iniciado em 2011, o programa tem como finalidade aprimorar o desempenho das fazendas de gado bovino da região de Paragominas por meio de quatro planos: adequação ambiental, planejando o uso do solo com base no potencial agropecuário e promovendo a restauração de áreas desmatadas ilegalmente ou que não possuam aptidão agropecuária; manejo de pastagens para torná-las mais produtivas; manejo animal, de modo a melhorar o bem-estar dos animais, o que também eleva a produtividade do rebanho; e o plano social e de treinamento aos trabalhadores.

Segundo Costa a saída para proteger a floresta é aumentar a produtividade do rebanho. “Indústria para produzir carne não é um hotel. Se fosse hotel, era só aumentar o número de cabeças de gado na propriedade. O que interessa é produzir mais carne [sem ampliar as áreas das fazendas]”.



Mauro Lúcio Costa, Pecuarista

a saída para proteger a floresta é aumentar a produtividade do rebanho. “Indústria para produzir carne não é um hotel. Se fosse hotel, era só aumentar o número de cabeças de gado na propriedade. O que interessa é produzir mais carne [sem ampliar as áreas das fazendas]”

Mauro Lúcio Costa

Um dos idealizadores do Pecúria Verde, o pecuarista apresentou números notáveis da sua fazenda, a Marupiara (uma das nove integrantes do projeto), para atestar o sucesso da iniciativa. No ano passado, a Marupiara registrou lotação de 3,81 cabeças por hectare, quase sete vezes acima do 0,9 cabeça por hectare existente em 2003. O ganho de peso se mostrou extraordinário nesse período, aumentando de 170,16 kg/ha em 2003 para 843,71 kg/ha em 2016. Na área intensificada da fazenda, uma fração da propriedade, a lotação é ainda maior, 5,49 cabeças/ha, com ganho de peso de 0,759 kg/dia e produtividade média de 1.525,17 kg/ha.

O Pecúria Verde é financiado por Fundo Vale e pela Dow AgroSciences, com apoio das ONGs Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e The Nature Conservancy (TNC), da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), da Universidade Estadual

Paulista (Unesp) e do Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas.

COOPERATIVA DE TOMÉ-AÇU



O último painel foi conduzido por **Cláudio Takahiro Sugaya**, diretor da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA), que explicou como funciona o Sistema Agroflorestal de Tomé-Açu (SAFTA). Tal metodologia possibilita a geração de renda o ano inteiro por meio do plantio integrado de diversas espécies vegetais, especialmente frutas, em uma mesma área. Evita-se, assim, o desmatamento de novas áreas na floresta, além de colaborar com a melhoria nas condições de vida dos agricultores familiares.

As culturas possuem alturas distintas, formando uma agricultura de andares – espécies maiores criam uma vegetação densa e proporcionam sombra às espécies menores. Nesse sistema, são privilegiadas espécies nativas, de maneira a compor um mosaico de biodiversidade, que enriquece ainda mais a fauna e a flora da região amazônica.

Um exemplo de agricultura em andares existente em Tomé-Açu, cidade situada no nordeste do Pará, é uma combinação entre cupuaçu e pimenta (plantas mais baixas) com castanha-do-brasil, mogno e açaí (árvores mais altas).

Foi o SAFTA que permitiu à CAMTA, uma cooperativa de agricultores descendentes de japoneses, recuperar-se da crise da pimenta-do-reino, atacada pela fusariose na década de 1970. Atualmente, além da pimenta-do-reino, a CAMTA comercializa polpas de frutas, como abacaxi, acerola, cupuaçu, graviola, muruci e taperebá, geleias, óleos, amêndoas de cacau e açaí orgânico.

Em sua exposição, Sugaya apontou inúmeros benefícios ambientais, econômicos e sociais gerados pelo SAFTA: biodiversidade mais equilibrada; conservação do solo; retenção de umidade; baixo uso de irrigação; redução no uso de defensivos; ambiente agradável para o trabalho;



Marcello Brito, diretor executivo do Grupo Agropalma

 *benefícios ambientais, econômicos e sociais gerados pelo SAFTA: biodiversidade mais equilibrada; conservação do solo; retenção de umidade; baixo uso de irrigação; redução no uso de defensivos; ambiente agradável para o trabalho; produção e renda durante o ano inteiro; e melhor qualidade dos alimentos.*

Cláudio Takahiro Sugaya



Luiz Cornacchioni, diretor executivo da ABAG

produção e renda durante o ano inteiro; e melhor qualidade dos alimentos.

Todo o rejeito da produção de polpas é separado e compostado. O material é aproveitado como adubo e mantém a terra rica em nutrientes e minerais.

A CAMTA possui importantes certificações orgânicas, como a Orgânico Brasil, do IBD, a JAS Organic (emitida pelo governo japonês) e a USDA Organic (certificação do governo dos Estados Unidos), e duas que atendem a normas religiosas – Halal (lei islâmica) e a Kosher (leis alimentares judaicas).

Graças a seu trabalho inovador com o SAFTA e a agricultura familiar, a CAMTA acumulou diversos prêmios. Entre eles, três foram conquistados em 2010: Prêmio Chico Mendes de Negócios Sustentáveis, Prêmio Professor Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente e Prêmio Internacional de Cacau de Excelência. Em 2014, a cooperativa foi agraciada com o Prêmio FINEP 2014 na categoria “Tecnologia Social”.



O agro como plataforma Para abertura de mercados



Consolidado como o mais importante fórum de debate das grandes questões que envolvem as diferentes cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, o Congresso da ABAG, em sua 16ª edição, voltou a se destacar com a proposta de discutir o tema Reformar para Competir. Reuniu um seletto grupo de lideranças e especialistas que falaram para uma plateia de 800 pessoas



Com a presença do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin e contando com uma plateia de 800 pessoas, o **16º Congresso Brasileiro do Agronegócio**, promovido pela ABAG, no dia 7 de agosto de 2017, foi aberto pelo presidente da entidade, Luiz Carlos Corrêa Carvalho. Ao saudar as autoridades e as várias lideranças setoriais e empresariais presentes no evento, cujo tema central foi **Reformar para Competir**, Caio enfatizou que o dia seria também para debater se o agronegócio brasileiro está preparado para as mudanças globais que estão ocorrendo no mundo, que envolve protecionismos, o rompimento de acordos comerciais e o esvaziamento de blocos comerciais.

“Ao mesmo tempo em que pesquisas de organismos internacionais indicam que a demanda mundial por cereais na próxima década deverá crescer apenas a metade da expansão registrada nos últimos anos, o agro brasileiro terá grandes mudanças: o milho ultrapassará a soja em produção, haverá uma explosão na produção sustentável, com o avanço da iLPF – Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, que atualmente já responde por 11,5 milhões de hectares”, informou o presidente da ABAG.

Apesar desse cenário de uma menor taxa de crescimento para as commodities agrícolas entre 2017 e 2026, Caio salientou que, nesse período, o Brasil superará os Estados Unidos como maior produtor mundial de soja. “Esses dois países responderão por 70% do crescimento das vendas globais do produto. As áreas cultiváveis seguirão com aumento no Brasil e Argentina, enquanto países importantes sofrerão redução. O share do Brasil aumentará em açúcar, carnes, café e outros produtos fundamentais”, observou.

Isso, a seu ver, dá a dimensão da importância do Cone Sul na estratégia da alimentação global e será fundamental o posicionamento dos seus países em termos de integração e atuação. “Como diferencial do Brasil, o Agro deverá ser a principal plataforma brasileira para a abertura dos mercados globais. A sua estruturação deve se basear na produção com produtividade, agregação de valor, armazenagem e comercialização moderna. Buscar no capital privado a alavanca para o objetivo da logística e do

crédito na implantação dos modais redutores de perdas. Toda a cadeia produtiva focada na nossa competência nos trópicos”, afirmou Caio.

A seu ver, tais análises precisam ser levadas em conta nas projeções de longo prazo do agronegócio brasileiro, assim como na condução das entidades ligada ao agronegócio. “É preciso mudar e agir. Somos nós que criamos o nosso futuro. Não com discursos ou diagnósticos, mas com ações. Nossas entidades devem se organizar e podemos



Luiz Carlos Corrêa Carvalho, presidente da ABAG



utilizar como exemplo o cooperativismo e a estrutura por ele criada e que hoje se tornou o grande armazém de confiança presente no dia a dia da agropecuária brasileira. Sem dúvida, a ferramenta mais adequada ao momento, com representatividade de 48% da produção do agronegócio”, afirmou Caio, concluindo que reformas na legislação previdenciária, trabalhista, tributária e política são essenciais e urgentes.

Seguindo na mesma linha, o governador Geraldo Alckmin ressaltou a importância das reformas. “Após a aprovação da reforma trabalhista, temos pela frente a tributária; a previdenciária, que representa justiça social na medida em que deverá equalizar os direitos dos trabalhadores privados com os do setor público; e também a reforma política, para melhorar o ambiente político”, disse Alckmin. “Tudo isso será decisivo para a inserção do Brasil no complicado cenário

internacional. Temos o desafio de jogar o jogo internacional do Século 21”, concluiu o governador.

Além de Alckmin, participaram da solenidade de abertura do Congresso da ABAG, o secretário de Agricultura de São Paulo, Arnaldo Jardim, assim como parlamentares e representantes das principais entidades nacionais ligadas à cadeia do agronegócio brasileiro. O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Nilson Leitão conclamou as lideranças do agronegócio a atuarem de forma coordenada para reforçar a atividade dos parlamentares. “Juntos, temos de reforçar a comunicação para que a população entenda as demandas de um setor que hoje, além de garantir o superávit comercial, é um dos que mais preserva o meio ambiente, uma vez que somos um país que protege 65% de suas reservas naturais”, afirmou o parlamentar.



William Waack, Walter Schalka, Almir Pazzianotto e Sólón de Almeida Cunha

Brasil e as reformas urgentes: velho e novo modelo na política



A palestra inaugural do 16º Congresso da ABAG foi ministrada pelo jornalista **Carlos Alberto Sardenberg**, que afirmou que o país precisa criar condições para a expansão contínua do agronegócio brasileiro, uma vez que existe um mercado potencial tanto no país como no exterior. “O mundo está ficando mais rico. E, quanto maior a renda per capita, maior o consumo de alimentos”, ressaltou.

Para obter esse crescimento, uma questão determinante é que o Brasil não mantenha esse atual modelo, baseado no capitalismo de Estado e no capitalismo de amigos. “Não é possível separar política, economia e ética porque em um regime dominado pela corrupção, o país é economicamente deficiente, assim não é apenas uma questão moral”, destacou Sardenberg. “Por isso, atualmente, o que vemos é um embate entre a velha política e o novo. Com isso, a eleição de 2018 será importante, porque renova-se a Câmara, todos os governos estaduais e o governo federal”, destacou Sardenberg.

O palestrante fez ainda uma análise sobre o atual cenário econômico e apontou com dados do Boletim Focus, do Banco Central, que a situação melhorou, após a mudança de governo e com a entrada de uma equipe econômica, que planejou uma política clara, precisa e determinada, que inclui a queda da taxa básica de juros, a determinação do



Carlos Sardenberg, jornalista

teto de gastos das contas públicas e as reformas. “Após mais de dois anos, neste primeiro trimestre, o país conseguiu obter um resultado do PIB positivo”, disse. “Existe uma recuperação cíclica da economia, mas de forma irregular, com alguns setores melhores e outros ainda em baixa. Mas, pelo menos, parou de piorar”, complementou.

Por fim, Sardenberg ressaltou que o agronegócio vem salvando a economia e que a expectativa é que o crescimento venha somente no próximo ano, com uma alta do PIB entre 2% e 2,5%.

Reforma trabalhista representou quebra de paradigma

A conclusão mais importante do Painel 1 – Modernização Trabalhista foi a de que a reforma trabalhista, recentemente aprovada pelo Legislativo, representa uma quebra de paradigma e implicará numa expressiva mudança cultural de longo prazo na sociedade brasileira. O painel, moderado pelo jornalista William Waack, contou com as participações do ex-ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto; do advogado Sólon de Almeida Cunha, do escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr, e Quiroga, além do presidente da Suzano Papel e Celulose, Walter Schalka.

“A mudança na legislação trabalhista representou o rompimento de um tabu, que era fazer uma revisão na CLT”, observou Pazzianotto, salientando, no entanto, que ainda há dúvidas sobre o que será efetivamente acatado, uma vez que a Justiça do Trabalho continuará determinando o que

vale ou não das mudanças propostas. Para o ex-ministro, nos últimos 20 anos, a Justiça do Trabalho passou por um profundo movimento de politização que gerou enormes distorções. “Com isso, a Justiça passou a ser, paradoxalmente, um fator que gera insegurança jurídica. Precisamos adaptar as regras trabalhistas ao Século 21”, comentou Pazzianotto.

Para o advogado **Sólon de Almeida Cunha**, a mudança na legislação trabalhista foi “uma quebra de paradigma” importante. “Entendo que a sociedade está madura para essa mudança, onde predomina a negociação entre empresas e empregados, com maior flexibilidade na administração dos conflitos e menor interferência do poder Judiciário”, comentou. Com a análise concordou o presidente da Suzano. “Não podemos continuar tendo esse número absurdo de processos trabalhistas, que leva o Brasil a ter



mais processos trabalhistas do que a soma do existente em todos os demais países do mundo”, afirmou Schalka. A estimativa é de que atualmente o total de processos trabalhistas na Justiça brasileira seja da ordem de 4 milhões.

No entendimento do empresário, a mudança cultural deve demorar ainda um bom tempo. “Além de terminar com os procedimentos cartoriais do lado dos sindicatos trabalhistas, teremos de combater também o sistema cartorial das entidades patronais. O processo será longo e o ranço

permanecerá ainda por um bom tempo”, observou.

Na sequência do painel sobre Modernização Trabalhista foi anunciada a assinatura de um termo de compromisso, firmado entre a diretoria da ABAG e do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para a implementação de ações conjuntas com vistas a divulgação do Censo Agro 2017 e também para estimular os empresários da cadeia do agronegócio a fornecer dados, de maneira a fomentar o uso de informações produzidas pelos IBGE.

Desafios e oportunidades da reforma tributária

Apesar das dificuldades que o tema impõe e do longo tempo em que está em discussão nas várias esferas governamentais, a reforma tributária deverá ter, em 2018, a melhor oportunidade de ser concretizada. A avaliação foi feita pelos debatedores do Painel 2 – Reforma Tributária, que contou com as participações de **Luiz Gustavo Bichara**, do Bichara Advogados; **Paulo Ayres Barreto**, diretor do Aires Barreto Advogados; e **Paulo Rabello de Castro**, presidente do BNDES.

“Temos de aproveitar o momento atual, marcado por grande movimentação política, para colocar em andamento uma reformulação geral no complexo sistema tributário do país”, afirmou o presidente do BNDES. Menos otimista em relação a possibilidade de a reforma ser iniciada, o advogado Luiz Gustavo Bichara, considera “utópica” a proposta que está em

análise no Legislativo. “O que temos é uma colcha de retalho e nenhum indicativo sobre como será feita a reforma”, afirmou. Para Bichara, além da falta de uma minuta que pudesse ser debatida e analisada, um dos pontos obscuro da proposta é não prever uma regra de transição entre o modelo atual e o que entrará em vigor. “Sou pessimista, pois estamos na estaca zero”, completou o advogado.

Outro participante do painel, o advogado Paulo Ayres Barreto, sócio da Aires Barreto Advogados ponderou que falta informação para um debate mais transparente da proposta de reforma tributária. “Entendo que a principal dificuldade atualmente para a concretização da reforma tributária é que cada segmento da sociedade quer fazer a sua reforma. Todos querem pagar menos impostos”, comentou Ayres Barreto.



Jornalista William Waack; Luiz Gustavo Bichara, Paulo Rabello de Castro e Paulo Ayres Barreto

Nova geopolítica favorece o agro brasileiro



As recentes alterações geopolíticas que ocorreram no mundo, cujo exemplo mais expressivo foi o rompimento do Acordo Transpacífico pelo governo dos Estados Unidos, devem gerar grandes oportunidades de negócios para o agronegócio brasileiro. A constatação foi feita pela vice-presidente global de Assuntos Corporativos da Cargill, **Devry Boughner Vorwerk** durante debate Nova Geopolítica do Congresso da Abag. O painel foi organizado na forma semelhante ao programa Roda Viva, da TV Cultura e moderado pelo jornalista **Augusto Nunes**, apresentador do programa da Cultura.

Outro participante do painel, o sócio da McKinsey Consultoria, **Nelson Ferreira**, também concorda com a análise de Devry. “As mudanças nos acordos dos Estados Unidos com o México e o Canadá também abrem boas oportunidades para os exportadores brasileiros”, comentou. “Vejo grande resiliência e acredito na contínua capacidade do agronegócio brasileiro seguir sendo o principal motor da economia brasileira”, completou Devry.

Também participaram do Roda Viva que encerrou o Congresso da ABAG os embaixadores **Rubens Barbosa**, **Rubens Ricupero** e **Roberto Jaguaribe**, respectivamente presidente da Abitrito – Associação Brasileira dos Produtores de Trigo, diretor da Faculdade de Economia da FAAP e presidente da Apex-Brasil. Também participou dos debates sobre Nova Geopolítica o vice-presidente global de Negócios da DuPont Pioneer, Alejandro Muñoz.

Após a conclusão do Roda Viva, o 16º Congresso da ABAG foi

encerrado com o pronunciamento de **Caio Carvalho**, que fez um resumo dos debates, destacando que o ‘novo’, preconizado na palestra de abertura feita pelo Sardenberg “ainda está na promessa de nascimento”. Em seguida, no debate da reforma trabalhista, a questão que fica, no entendimento de Caio é saber como “uma estrutura formada ao longo dos anos pelo judiciário irá reagir diante da novidade da mudança: a Constituição e as leis versus a opinião de juízes em diferentes níveis no país”.

Prosseguindo, Caio afirmou que “somente uma simplificação do sistema tributário não corrigirá o gigantesco rombo fiscal. Teremos um tempo longo de transição. Na discussão do Roda Viva veio o tema do ambiente externo. As incertezas aumentam de forma monumental, com riscos derivados dos nacionalismos. Nas parcerias comerciais, como precisamos de acordos para vender, temos de procurar os diversos mercados. Para isso, é fundamental entender a lógica da nossa inserção do ponto de vista, por exemplo, das cadeias produtivas, como de óleos vegetais, do açúcar e do milho, agora também no aspecto energético”.

Por fim, Caio lembrou da revisão nas projeções de demanda de commodities feita pela OCDE, com perspectiva de menor crescimento. “Não podemos mais ter a visão de que o mundo irá nos comprar. Temos de aprender a vender. Isso passa pela reestruturação ministerial, que não será feita agora, mas sim com o nosso voto, em outubro de 2018”, concluiu o presidente da ABAG.



Homenagens

Num dos intervalos dos debates, a direção da ABAG prestou sua já tradicional homenagem a personalidades de relevo no agronegócio. Na edição deste ano o Prêmio Normam Borlaug foi concedido ao pesquisador da Embrapa **João Kluthcouski**, conhecido como “João K”. Fizeram parte da mesa encarregada da entrega da premiação Celso Moretti, diretor executivo da Embrapa; Antônio Roque Dechen, professor da Esalq/USP; o presidente da ABAG, Caio Carvalho; e Paulo Hermmann, presidente da John Deere e diretor da ABAG.

Coube a Hermmann fazer a saudação ao homenageado. “O João K dedicou boa parte de sua vida à pesquisa, que começava nos laboratórios e terminava no campo, não importante o dia, a hora ou o local. É a pessoa mais criativa que tivemos a oportunidade de conhecer nos últimos 30 anos. Além disso é um poço interminável de conhecimento e obstinação. Quando pensávamos que o tema da iLPF tinha esgotado, vinha ele com a ideia do feno tropical e do guandu no meio da soja. Por isso, tenho muito orgulho em ser hoje o mestre de cerimônia de reconhecimento da sua contribuição ao agronegócio e, principalmente, à agricultura tropical mundial”, afirmou Hermmann.



João kluthcouski



Francisco Turra

O segundo homenageado, que recebeu o Prêmio Ney Bittencourt de Araújo, foi o ex-ministro da Agricultura, **Francisco Turra**. Participaram da mesa Urbano Campos Ribeiral, presidente do Conselho da Agroceres e diretor da ABAG, e o ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. Em sua saudação, Rodrigues afirmou que Turra é “um homem leal, verdadeiro, correto, honesto e dedicado ao que faz. Poderíamos usar outros adjetivos para qualifica-lo, mas consideramos essencial dizer que é um patriota perfeito. E mostrou isso na sua trajetória pública e privada. Concluo afirmando o que me parece relevante a seu respeito: não conhecemos ninguém, dentro e fora do Brasil, que não goste dele. Esse é o maior prêmio da sua vida. Parabéns!”, concluiu Rodrigues.

No Congresso deste ano, a ABAG também prestou uma homenagem especial à Rede Globo de televisão em reconhecimento pela iniciativa da campanha publicitária denominada “Agro: a Indústria-Riqueza no Brasil”. Quem recebeu o prêmio em nome da emissora foi a diretora de Projetos Especiais da TV Globo, Mirna Aversa. Participaram da entrega, a gerente de Comunicação da ABAG, Gislaine Balbinot, além do presidente da entidade, Caio Carvalho.

Fórum debate desafios para armazenar e escoar a produção agrícola



Bruno Blecher, editor da Globo Rural; Luiz Antônio Fayet, consultor da CNA; João Tadeu Vino, superintendente da Kepler Weber e Luiz Carlos Corrêa Carvalho, presidente da ABAG

Evento, promovido pela revista Globo Rural, contou com o apoio da ABAG

A deficiência crônica de estrutura logística para escoar a safra agrícola brasileira, que provoca perdas anuais estimadas em R\$ 4 bilhões somente considerando a produção do Mato Grosso, também resulta em declínio na renda do produtor, que pode chegar a 30%. Tal estimativa foi feita pelo presidente da ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio, Luiz Carlos Corrêa Carvalho durante o 5º Fórum Caminhos da Safra, promovido em setembro pela revista Globo Rural e que conta com o apoio da ABAG. “E esse é um problema que nos fragiliza também no campo internacional, pois, como o Brasil é hoje muito importante para garantir grãos para o mundo, nosso entrave de infraestrutura acaba representando também um risco para a segurança alimentar mundial”, comentou Carvalho.

No entendimento do presidente da ABAG, quando se coloca o problema em números fica mais fácil entender nossa grave situação. “Enquanto nossa taxa de investimento em rodovias, por exemplo, equivale a 0,35% do PIB, nos Estados Unidos essa relação é de 0,77%, sem falar na China que investe o equivalente a 3,12% somente em rodovias”, complementa. Todos os participantes do Fórum foram unânimes em afirmar que o país necessita buscar soluções urgente para essa situação, principalmente diante da crescente demonstração de eficiência do produtor rural brasileiro, que neste ano fez aumentar em 52 milhões de toneladas de grãos a safra.

Outro participante do evento, Luiz Antônio Fayet, consultor de Logística da Confederação Nacional de Agricultura (CNA) coloca dados igualmente alarmantes em relação aos custos decorrentes da deficiência logística. Segundo ele, conforme levantamento de 2013, enquanto uma tonelada de grãos produzida no Centro-Oeste custava, em média, US\$ 92,00 para ser levada aos portos do Sul e do Sudeste; na Argentina, a mesma tonelada saía por US\$ 23,00, e nos Estados Unidos,

por US\$ 20,00. Fayet acrescenta: “Quando lembramos da alternativa da saída dessa produção pelos portos do futuro Arco Norte, temos uma sensível diferença. Enquanto uma tonelada de soja, partindo de Sorriso (MT) para os portos de Santos ou Paranaguá, custa hoje US\$ 120,00, se for levada para Miritituba, no Oeste do Pará, cai para US\$ 80,00. Isso resultaria numa economia anual da ordem de US\$ 1,2 bilhão”, afirmou Fayet.

Também na área de armazenagem de grãos, o quadro não é animador. “Atualmente nosso déficit anual de armazéns é da ordem de 70 milhões de toneladas”, afirmou João Tadeu Vino, superintendente da Kepler Weber e representante da área de Armazenagens da Abimaq – Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, que também participou do evento. “Se levarmos em conta todas as perdas decorrentes da falta de armazéns chegamos a 1,3% da produção total, que equivale a 3,2 milhões de toneladas ou um prejuízo anual de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão”, informou o palestrante.

Em seguida, Vino destacou que o uso de armazém nas fazendas no Brasil é muito baixo. “Atualmente, apenas 16% das fazendas brasileiras possuem silos, enquanto na Argentina é de 40%, nos Estados Unidos está em 65% e no Canadá chega a 80%”, afirmou. O dirigente da Kepler Weber também relacionou algumas das vantagens de o produtor ter seu próprio armazém. Tais como: melhoria no seu planejamento de safra, garantia de qualidade para o seu produto e conseqüentemente maior valor, poder vender na hora de melhor cotação, economia de frete, atender melhor o seu cliente, entre outras vantagens.

Ao final das palestras houve uma seção de debates com a participação da plateia e uma das conclusões foi a de que é necessário destravar vários aspectos jurídicos que atrapalham as áreas de concessões e de PPPs. Também foi mencionado que há a necessidade de uma maior interação entre órgãos governamentais, entidades de classe e integrantes da iniciativa privada envolvidas com todas as diferentes cadeias produtivas do agronegócio.

PORTAL BAYER

Bayer lança portal que aproxima cafeicultor de varejista

Com o objetivo de estreitar a relação entre produtores de café e comerciantes dos grandes centros que desejam oferecer um produto qualificado e diferenciado aos seus clientes, a Bayer acaba de lançar um portal denominado Made in Farm, para facilitar o fechamento de negócios online e sem intermediários. Segundo a Bayer, os produtores poderão se cadastrar de maneira gratuita e ofertar seu produto diretamente a bares, restaurantes e cafeterias. Assim, comerciantes terão acesso, sem burocracia, com a vantagem de poder contar com um café de qualidade e cuja procedência será conhecida, servindo de diferencial no seu ponto de venda.



De acordo com Ivan Moreno, diretor de Acesso ao Mercado da Bayer, atualmente, o mercado demonstra cada vez mais interesse em saber a procedência do que está sendo adquirido, principalmente no ramo da alimentação. “Queremos mostrar que por trás do cafezinho há muita história para ser contada”, diz Moreno. “Made in Farm está totalmente alinhado ao conceito de economia compartilhada, em que agricultores das principais regiões produtoras do país terão um novo canal para oferecer seus produtos, chegando diretamente aos grandes centros urbanos”, acrescenta Cristiane Lourenço, gerente de Sustentabilidade e de Food Chain da Bayer.

Reserve na sua agenda para participar do próximo Congresso: 06 de agosto de 2018



Congresso Brasileiro do Agronegócio de 2017



www.abag.com.br

Patrocínio Master



Patrocínio



Apoio



Apoio Institucional



Balança comercial US\$ bilhões

Ano	Brasil			Agronegócio		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
2010	201,9	181,7	20,1	76,4	13,4	63,0
2011	256,0	226,2	29,7	94,9	17,5	77,4
2012	242,5	223,1	19,4	95,8	16,4	79,4
2013	242,1	239,6	2,5	99,9	17,0	82,9
2014	225,1	229,0	-4,0	96,7	16,6	80,1
2015	191,1	174,1	19,6	88,2	13,1	75,1
2016	185,2	137,5	47,6	84,9	13,6	71,3
2017	145,9*	97,8*	-	65,4	9,5	55,9

Fonte: Secex/ Agrostat *Parcial

Vendas de Defensivos Agrícolas

Ano	Produto Comercial (t)	Ingrediente Ativo (t)	Valor US\$ milhões
2009	725.577	335.742	6.625
2010	708.592	342.580	7.303
2011	730.627	345.026	8.487
2012	823.226	346.583	9.710
2013	902.408	367.778	11.454
2014	914.220	352.336	12.248
2015	887.872	395.646	9.608
2016	879.242	377.176	9.560

Fonte: Sindiveg

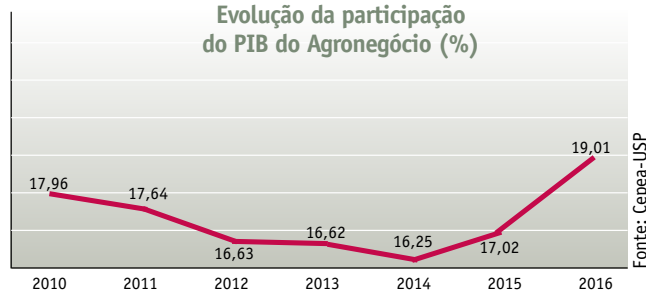
Vendas de Fertilizantes

Ano	milhões de t
2009	22,40
2010	24,51
2011	28,32
2012	29,25
2013	30,70
2014	32,20
2015	30,20
2016	34,08
2017	20,56

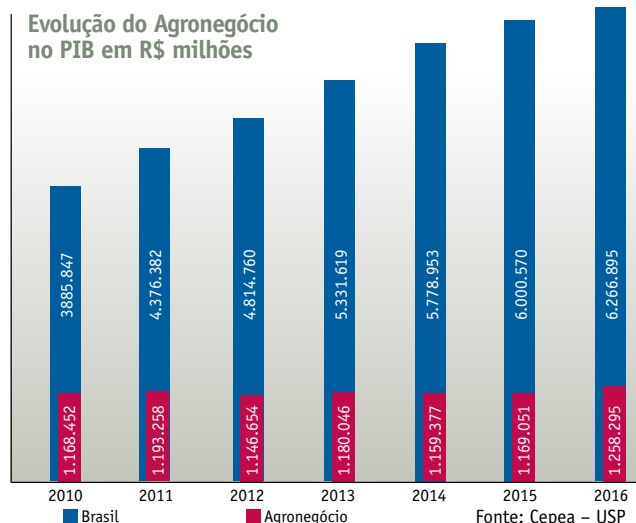
Fonte: Anda

Agronúmeros

Evolução da participação do PIB do Agronegócio (%)



Evolução do Agronegócio no PIB em R\$ milhões



Vendas de Máquinas Agrícolas - Unidades

Ano	Tratores de roda		Tratores de esteira		Cultivadores Motorizados		Colheitadeiras	
	Internas	Externas	Internas	Externas	Internas	Externas	Internas	Externas
2009	45.437	12.344	618	775	1.759	39	3.817	1.231
2010	56.420	14.171	878	1.754	1.807	128	4.549	2.261
2011	52.296	12.620	1.022	2.460	1.307	27	5.343	2.390
2012	55.819	12.167	1.062	2.265	1.348	39	6.278	1.238
2013	65.089	11.182	942	1.580	1.618	10	8.539	1.140
2014	55.623	9.412	835	1.869	1.567	5	6.330	1.031
2015	37.381	7.338	380	885	1.059	82	3.917	383
2016	35.956	6.277	302	980	747	83	5.408	529
2017	25.101	5.329	180	1043	364	72	2.380	577

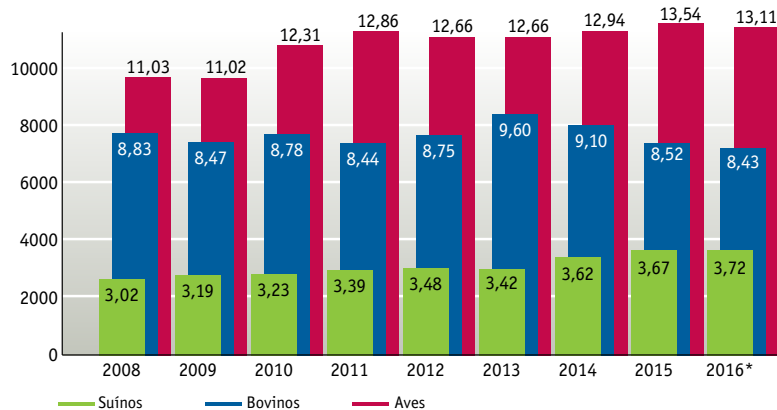
Fonte: Anfavea

Produção de Rações

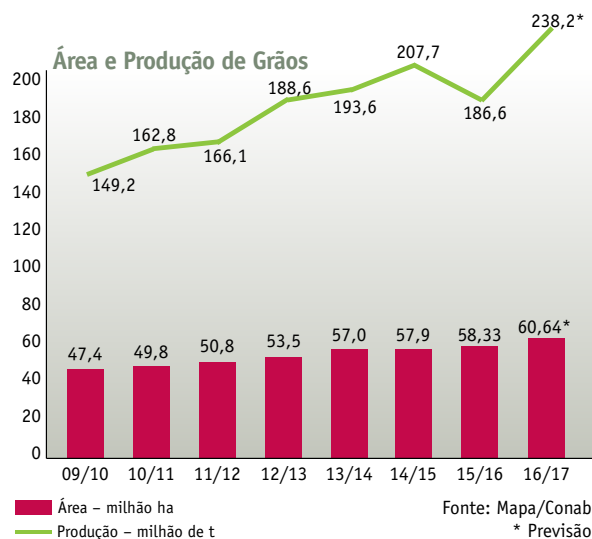
Ano	milhões de t
2009	58,4
2010	61,5
2011	64,6
2012	63,0
2013	62,6
2014	65,0
2015	69,7
2016	70,0*
2017	72,4**

Fonte: Sindicatos
*Estimativa
**Previsão

Produção de Carnes milhões de t



Área e Produção de Grãos



EXPEDIENTE – Publicação oficial da Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG. Presidente: Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Vice-presidente: Francisco Matturo. Diretores: Alexandre Enrico Silva Figliolino, André Souto Maior Pessoa, Carlos Aguiar Neto, Christian Lohbauer, Eduardo Daher, Ingo Plöger, Luiz Lourenço, Marcello Brito, Marcos da Rosa, Mário Von Zuben, Paulo Renato Herrmann, Pedro Barros Barretos Fernandes, Urbano C. Riberal, Valéria Militelli, Valmor Schaffer e Weber Porto. Diretor Executivo: Luiz Cornacchioni. Jornalista Responsável: Gislaíne Balbinot, MTB065/MS. Apoio: Mecânica de Comunicação. Fotografia: Led Produções e Gerardo Lazzari. Projeto Gráfico: Mister White. Impressão Gráfica: Landgraf. Tiragem: 1.600 exemplares.

CONTATO ABAG: Av. Paulista 1754 - cj 147
São Paulo/SP - 01310-200 - Fone/Fax (11) 3285-3100
E-mail: abag@abag.com.br - Site: www.abag.com.br
twitter: @abag_brasil
Facebook: ABAG - Associação Brasileira do Agronegócio